

**Ano XVI nº 4608 – 07 de junho de 2013**

## Encontro Nacional define pauta específica do Santander

Emprego, saúde e condições de trabalho e remuneração. Essas foram as três grandes prioridades apontadas pelos mais de 130 participantes do Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Santander, promovido pela Contraf-CUT e encerrado no final da tarde da última quarta-feira, dia 05/06, em São Paulo. Os bancários aprovaram uma pauta específica de reivindicações, que também inclui demandas de previdência complementar e saúde suplementar, a ser entregue para a direção do banco espanhol. Uma série de outras propostas foram aprovadas no Encontro Nacional, como a de cobrar do banco a retirada imediata das ações judiciais movidas contra entidades sindicais e a Afubesp após protestos contra demissões, falta de funcionários e desrespeito com os aposentados.



Também foi definida a orientação aos sindicatos para não homologarem rescisões feitas por prepostos terceirizados pelo Santander. Trata-se de uma função administrativa e uma atividade-fim da empresa e por isso, deve ser realizada por um funcionário designado pelo banco, como vinha sendo efetuado anteriormente. Várias entidades já suspenderam as homologações por terceirizados.

Os diretores do SindBancários Petrópolis e funcionários do banco, Augusto Quintela e Alexandre Eiras, participaram do encontro em São Paulo.

## Terceirização é um prejuízo para o país

A bancada empresarial do Congresso Nacional deu mais uma demonstração de desprezo com os direitos dos trabalhadores e tentou colocar em votação o projeto de lei que regulamenta a terceirização no país. O PL deveria ser apreciado na última terça-feira (04/06), mas foi retirado da pauta graças a intervenção do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da Câmara Federal, deputado Décio Lima (PT-SC).

O adiamento da votação não deve desmobilizar os trabalhadores. Pelo contrário, a mobilização precisa ser intensificada, afinal a proposta tramita em caráter terminativo, ou seja, se aprovada segue para o Senado. Um dos pontos mais nocivos do Projeto de Lei 4.330, de 2004, é a permissão da terceirização nas atividades fim. Hoje na Justiça Trabalhista há mais de 5 mil processos contra a intermediação fraudulenta de mão de obra. Outro problema é que o projeto não permite a igualdade de tratamento entre terceirizados e contratados diretamente.

Um estudo do Dieese, mostrou que a rotatividade é maior entre terceirizados de todas as categorias de trabalhadores, eles ficam 2,6 anos a menos no emprego do que os funcionários diretos, têm jornada semanal de trabalho de três horas a mais e ganham 27% menos do que o empregado diretamente. Além disso, a cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

## Eleição do representante no Conselho de Administração do BB

Começou na última segunda-feira, dia 03/06, a eleição do representante dos funcionários do Banco do Brasil no Conselho de Administração, o Caref. Para votar, basta entrar no Sisbb-Pessoal-Opção 48-Eleição Caref e digitar o número da matrícula do seu candidato. A votação acontece até hoje, dia 07/06. O Conselho de Administração do BB é composto de sete membros: três indicados pelo governo federal, o presidente do banco, dois indicados pelos acionistas minoritários (que hoje são indicados pela Previ) e um eleito pelos funcionários.

O SindBancários Petrópolis, apoia o companheiro, **Rafael Matos, matrícula: F8369846.**

## Idoso pode abater os remédios no IR

Aposentados que usam medicamentos, vão poder abater esses gastos na declaração do Imposto de Renda. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou no último dia 05/06, o projeto que permite a dedução. Outra proposta aprovada assegura desconto no IR de livros técnicos e didáticos a estudantes e profissionais. Como foram autorizados em caráter terminativo, os projetos vão direto à análise da Câmara. Mas se houver recurso, as propostas serão apreciadas pelo plenário do Senado. A dedução vale para quem ganha até seis mínimos (R\$ 4.068,00). A proposta prevê abatimento de remédios para uso próprio e de dependentes. O outro projeto permite a dedução do que foi gasto com livros técnicos por profissionais e didáticos para o contribuinte e seus dependentes.

A dedução deve respeitar o limite previsto pela Receita para despesas com Educação, hoje em R\$ 3.230,00. A CAE aprovou ainda projeto que garante a deficientes auditivos isenção do IPI para compra de automóveis.